

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça

Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

Humberto de Matos Brittes

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

Nilza Gomes da Silva

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marcos Antonio Martins Sottoriva

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

Antonio Siufi Neto

Ouvidor do Ministério Público

Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*

Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*

Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*

Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*

Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*

Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*

Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*

Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*

Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*

Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*

Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*

Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*

Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*

Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*

Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*

Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*

Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*

Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*

Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*

Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*

Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*

Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*

Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*

Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*

Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*

Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*

Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*

Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*

Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*

Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*

Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*

Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*

Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*

Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3475/2019-PGJ, DE 19.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, no dia 18.9.2019, as férias da Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra, concedidas por meio da Portaria nº 1918/2019-PGJ, de 3.6.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3461/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bataguassu, Edival Goulart Quirino, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no dia 23.9.2019, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Wilson Canci Junior.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3463/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos a participar do Estágio Especial de Planejamento de Inteligência para Membros do Ministério Público, a realizar-se no período de 7 a 11.10.2019, na sede da Escola de Inteligência do Exército, ExIMEEx, em Brasília/DF.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3471/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Juliana Martins Zaupa	29, 30 e 31.3 e 1º.4.2018	16 a 19.12.2019
Pedro de Oliveira Magalhães	21.5.2017	20.9.2019
Thiago Bonfatti Martins	28 e 29.5.2016	24 e 25.10.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3472/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Zona Eleitoral, no dia 20.9.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3473/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2005 a 6 de janeiro de 2006, a serem usufruídos nos dias 26 e 27.9.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3474/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Aparecido Rigato 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 26.6 a 3.7.2019, a ser usufruído no dia 23.9.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3476/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa 2 (dois) dias de compensação por ter coadjuvado perante a 27ª Zona Eleitoral nas eleições de 2018, no dia 28.10.2018, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.11.2019, nos termos do artigo 98 da Lei nº 9.504, de 30.9.1997.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3477/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa 3 (três) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 12 a 14.11.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3478/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 9 a 18.12.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3479/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 3489/2016-PGJ, de 5.12.2016, que designou o 1º Promotor de Justiça da comarca de Ivinhema, Daniel do Nascimento Britto, para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Inquérito Civil nº 04/2016 da 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3480/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3090/2019-PGJ, de 27.8.2019, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral membros do Ministério Público Estadual para atuarem perante as Zonas Eleitorais, de forma que, onde consta:

ZE	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
4ª	Andréa de Souza Resende	16.9 a 4.10.2019	Férias	Rodrigo Cintra Franco

Passe a constar:

ZE	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
4ª	Andréa de Souza Resende	16 a 29.9.2019	Férias	Rodrigo Cintra Franco
	Luiz Gustavo Camacho Terçariol	30.9 a 4.10.2019		

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3481/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 57ª Promotora de Justiça da comarca de Campo Grande, Daniela Cristina Guiotti, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 44ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 23.9 a 4.10.2019, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3482/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 62ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Candy Hiroki Cruz Marques Moreira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 5ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, no dia 30.9.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3489/2019-PGJ, DE 20.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 3462/2019-PGJ, de 19.9.2019, que designou o Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro para coadjuvar na 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3470/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 18/PGJ/2016, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/1209/2016).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3483/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 25/PGJ/2015, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia; e revogar a Portaria nº 2468/2018-PGJ, de 18.7.2018. (Processo PGJ/10/0686/2015).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3465/2019-PGJ, DE 19.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 3327/2019-PGJ, de 10.9.2019, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Marcos Antonio David dos Santos, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcos Antonio David dos Santos	2017/2018	1º a 10.10.2019			7 a 16.1.2020

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcos Antonio David dos Santos	2017/2018	1º a 20.10.2019			7 a 16.1.2020

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3455/2019-PGJ, DE 18.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Paula Rogeria Gama Santos, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2 a 16.9.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3450/2019-PGJ, DE 18.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

CONSIDERANDO a regulamentação do teletrabalho pela Resolução nº 157, de 31 de janeiro de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018, que autoriza e regulamenta o teletrabalho no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade, insculpidos nos artigos 37 e 70, respectivamente, da Constituição Federal, é conveniente à Instituição o efetivo exercício das atividades do servidor, ainda que em modalidade remota, de modo a evitar acúmulo de serviço e sobrecarga aos demais servidores de uma mesma unidade;

CONSIDERANDO que o § 1º do artigo 9º da Resolução nº 31/2018-PGJ prevê a majoração em 20% (vinte por cento) da meta do servidor, de modo a se obter aumento de produtividade com o regime de teletrabalho,

R E S O L V E:

Autorizar a servidora Cenir Teodoro Vieira, ocupante do cargo efetivo de Analista – área de atividade Engenharia Ambiental, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Procuradoria-Geral de Justiça e designada para prestar serviços no Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, a exercer remotamente suas atribuições, fora das dependências do Ministério Público, na modalidade de teletrabalho, a partir de 1º.10.2019, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13, todos da Resolução nº 031/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGJ/10/3366/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3451/2019-PGJ, DE 18.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

CONSIDERANDO a regulamentação do teletrabalho pela Resolução nº 157, de 31 de janeiro de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018, que autoriza e regulamenta o teletrabalho no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade, insculpidos nos artigos 37 e 70, respectivamente, da Constituição Federal, é conveniente à Instituição o efetivo exercício das atividades do servidor, ainda que em modalidade remota, de modo a evitar acúmulo de serviço e sobrecarga aos demais servidores de uma mesma unidade;

CONSIDERANDO que o § 1º do artigo 9º da Resolução nº 31/2018-PGJ prevê a majoração em 20% (vinte por cento) da meta do servidor, de modo a se obter aumento de produtividade com o regime de teletrabalho,

R E S O L V E:

Autorizar o servidor Luís Henrique Zaidan Blecha, ocupante do cargo efetivo de Analista – área de atividade Engenharia Agrônoma, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Procuradoria-Geral de Justiça e designado para prestar serviços no Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, a exercer remotamente suas atribuições, fora das dependências do Ministério Público, na modalidade de teletrabalho, a partir de 1º.10.2019, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13, todos da Resolução nº 031/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGJ/10/3366/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3452/2019-PGJ, DE 18.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

CONSIDERANDO a regulamentação do teletrabalho pela Resolução nº 157, de 31 de janeiro de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018, que autoriza e regulamenta o teletrabalho no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade, insculpidos nos artigos 37 e 70, respectivamente, da Constituição Federal, é conveniente à Instituição o efetivo exercício das atividades do servidor, ainda que em modalidade remota, de modo a evitar acúmulo de serviço e sobrecarga aos demais servidores de uma mesma unidade;

CONSIDERANDO que o § 1º do artigo 9º da Resolução nº 31/2018-PGJ prevê a majoração em 20% (vinte por cento) da meta do servidor, de modo a se obter aumento de produtividade com o regime de teletrabalho,

R E S O L V E:

Autorizar o servidor Rafael Cezar Cavaretto, ocupante do cargo efetivo de Analista – área de atividade Biologia, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Procuradoria-Geral de Justiça e designado para prestar serviços no Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, a exercer remotamente suas atribuições, fora das dependências do Ministério Público, na modalidade de teletrabalho, a partir de 23.9.2019, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13, todos da Resolução nº 031/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGJ/10/3366/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3453/2019-PGJ, DE 18.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

CONSIDERANDO a regulamentação do teletrabalho pela Resolução nº 157, de 31 de janeiro de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018, que autoriza e regulamenta o teletrabalho no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade, insculpidos nos artigos 37 e 70, respectivamente, da Constituição Federal, é conveniente à Instituição o efetivo exercício das atividades do servidor, ainda que em modalidade remota, de modo a evitar acúmulo de serviço e sobrecarga aos demais servidores de uma mesma unidade;

CONSIDERANDO que o § 1º do artigo 9º da Resolução nº 31/2018-PGJ prevê a majoração em 20% (vinte por cento) da meta do servidor, de modo a se obter aumento de produtividade com o regime de teletrabalho,

R E S O L V E:

Autorizar o servidor Vítor Avila Barsotti, ocupante do cargo efetivo de Analista – área de atividade Geologia, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Procuradoria-Geral de Justiça e designado para prestar serviços no Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, a exercer remotamente suas atribuições, fora das dependências do Ministério Público, na modalidade de teletrabalho, a partir de 1º.10.2019, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13, todos da Resolução nº 031/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGJ/10/3366/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3466/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Carolina Pontes Andreussi, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 18.11.2019, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3467/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Bruno Dantas Sanchez, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor, símbolo MPDS-106, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 18.11.2019, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3468/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Keyla Pereira Yoshimura, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 45ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 2 a 11.9.2019, em razão de férias da servidora Silvia Helena Schiavi de Carvalho.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3469/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Emília Alves Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 14 a 23.10.2019, em razão de férias; no dia 24.10.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense; e nos dias 25, 28, 29 e 30.10.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da servidora Maisa Taylã Ferreira Galeano Damaceno.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3485/2019-PGJ, DE 19.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Keyla Pereira Yoshimura, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 47ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 23.9 a 2.10.2019, em razão de férias da servidora Katheleen Taira de Medeiros.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 37/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000366-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a noticiada má-gestão de dinheiro público pela necessidade constante de bloqueio de valores da conta da Prefeitura de Três Lagoas para tratamento particulares na área de saúde, pela inércia no cumprimento de ordem judicial. (IC nº 20/2016, migrado para o SAJMP). **Advogada: Laura Simone Beato Prado Celloni, OAB/MS nº 13.553.**

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00002314-8 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: AEG - Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - EPP, Coimbra & Palhano Advogados S/S, Kodama Assessoria Contábil Eireli- EPP e o município de Ribas do Rio Pardo - Assunto: Apurar eventuais irregularidades decorrentes da contratação por inexigibilidade de licitação das empresas de assessoria AEG Assessoramento e Consultoria Empresarial Eireli, Kodama Assessoria Contábil Eireli - EPP, Assessoramento e Coimbra & Palhano Advogados Associados S/S, pelo município de Ribas do Rio Pardo.

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002576-1 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerentes: 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental/ CPE 1 e o Ministério Público Estadual - Requerido: Germano Gallert - Assunto: Apurar eventual poluição ambiental, oriunda de irregularidade no armazenamento e potencial manejo de agrotóxicos, na propriedade rural denominada fazenda Santo Ângelo, de responsabilidade de Germano Gallert, município de Amambai.

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000004-8 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ademir Ferreira de Paula - Assunto: Apurar eventual poluição ambiental, oriunda de irregularidade no armazenamento e potencial manejo de agrotóxicos, na propriedade rural denominada fazenda Julia Cardinal.

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001314-7 - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jocemar Gutierrez Marques Alves (Wave Club) - Assunto: Apurar a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida na Boate Wave, localizada na Rua padre João Crippa nº 1.280, bairro Vila Cidade. **Advogado: Lucas Petini Nunes, OAB/MS nº 18.708.**

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00003642-5 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bodoquena - Assunto: Apurar suposta

irregularidade no atendimento médico prestado à Sr^a. M. R. C., pela rede pública municipal de Bodoquena, ocasionando seu óbito.

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000578-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Juíza de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial da Comarca de Três Lagoas/MS - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa pelo indigitado descumprimento de decisão judicial.

2) Inquérito Civil nº 06.2019.00000995-4 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Roberto Balan - Assunto: Apurar irregularidades ambientais no Sítio Morotin, em decorrência da extração de vegetação arbórea nativa sem aprovação prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a aprovação concedida.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003245-1 - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Faam Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Assunto: apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no estabelecimento onde funcionava a CEESPI, de propriedade da Faam Empreendimentos Ltda. **Advogada: Flávia Moreira Faustino, OAB/MS nº 12.540.**

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002590-6 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jonatas Lopes de Souza - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais pelo desmatamento de 147,54 ha de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente na propriedade rural denominada “Fazenda Bell Ville”, de propriedade de Jonatas Lopes de Souza.

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) Inquérito Civil nº 06.2015.00000158-0 - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: apurar eventual ausência/diminuição de acessibilidade em uma rampa na calçada da Avenida Ceará em um ponto de ônibus perto do Hipermercado Comper, nesta cidade de Campo Grande/MS.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001421-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Coxim/MS - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no quadro de servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Coxim. (IC nº 48/2016, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002027-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Sidrolândia - Assunto: Apurar possível dano ambiental causado em área de APP (Área de Preservação Permanente), próximo a Aldeia Nova Tereré, no município de Sidrolândia/MS. (IC nº 19/2016, migrado para o sistema SAJMP).

7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001985-9 - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Antônio João e Selso Luiz Lozano Rodrigues - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em decorrência de dispensa indevida de licitação pelo município de Antônio João/MS. (IC nº 33/2014/1ªPJPP, migrado para o SAJMP). **Advogado: Daniel Ribas da Cunha, OAB/MS nº 16.626.**

8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002906-8 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal - Três Lagoas/MS - Requerido: Município de Três Lagoas - Assunto: Apurar eventual descumprimento de decisão judicial, nos autos nº 0802091-76.2017.8.12.0114.

9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000695-7 (Sigiloso) - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **Advogado: Eduardo Pelliccioni Paradeiro, OAB/MS nº 16.042.**

Campo Grande, 20 de setembro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

EDITAL Nº 36/2019

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 36/2019, referente aos documentos da Assessoria Especial, para eliminação através do memorando n. 016/2019/ASSEP-PGJ nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 27.09.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 20.09.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 36/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- Assessoria Especial	Órgão / Setor- Assessoria Especial		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
-Cópia de Pareceres de janeiro a dezembro de 2002, 2003, 2004 e 2005.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 36/2019	Exercício 2002	Exercício 2005
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/PGJ/2019 - UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência ao Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2019 (Processo nº PGJ/10/3129/2019), destinado à Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, pelo período de 12 (doze) meses, para atender o Ministério Público Estadual, a abertura da sessão foi suspensa para reanálise das condições do objeto.

Campo Grande, 20 de setembro de 2019.

HERMES ALENCAR DE LIMA
Pregoeiro/PGJ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/PGJ/2019 - SRP****UASG 453860**

Homologado o resultado da licitação Pregão Eletrônico nº 9/PGJ/2019 - SRP (Processo nº PGJ/10/2526/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza (balde, esponja, sabão etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vencedoras/Preços Registrados: Youssif Amim Youssif para os itens 2(R\$2,26), 3(R\$1,31), 4(R\$19,97), 5(R\$9,90), 6(R\$3,80), 9(R\$5,19), 11(R\$7,97) e 18(R\$66,87); CCS Plásticos Indústria e Comércio Ltda. para os itens 15(R\$49,00) e 16(R\$46,00); e Comercial de Alimentos Zafira - Eireli para os itens 12(R\$42,59), 13(R\$41,47), 14(R\$39,83) e 17(R\$44,28).

Não foram registrados preços para os itens 1, 7, 8 e 10.

Justificativa: Adjudicação e homologação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do edital.

Campo Grande, 20 de setembro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/PGJ/2018**

Processo: PGJ/10/0878/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **TECNOPONTO TECNOLOGIA AVANÇADA EM CONTROLE DE PONTO DE ACESSO EIRELI.**, representada por **Ana Claudia Tareszkiewicz**,

Procedimento Licitatório: Ata de Registro de Preços nº 16/PGJ/2017 do Pregão Presencial nº 53/PGJ/2017.

Amparo legal: Artigo 65, alínea b, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Supressão da importância de R\$ 6.591,00 (seis mil, quinhentos e noventa e um reais) do valor inicial do Contrato nº 17/PGJ/2018.

Valor total: R\$ 236.667,00 (duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais).

Vigência: 11.09.2019 a 16.09.2019.

Data de assinatura: 11 de setembro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BELA VISTA****EDITAL Nº 0078/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00001369-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Três Irmãos do Santo Afonso

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 21,63 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Três Irmãos do Santo Afonso em Bela Vista/MS.

Bela Vista/MS, 18/09/2019

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0079/2019/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00001368-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda São José

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 137,87 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda São José em Bela Vista/MS.

Bela Vista/MS, 18/09/2019

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

COXIM**EDITAL Nº 0075/2019/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003292-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Waldir Aparecido Capuci.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n.º 06.2018.00002990-2, entre o Ministério Público e o compromissário Waldir Aparecido Capuci.

Coxim/MS, 19 de setembro de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0076/2019/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00002721-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS ou via internet, no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002990-2.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Waldir Aparecido Capuci.

Objeto: Apurar o desmatamento de quatro áreas somando 231,56 HA, ocorrido na Fazenda Rancho Alegre, de Waldir Aparecido Capuci, conforme Parecer do NUGEO n. 856/17.

Conteúdo do TAC: O compromissário deverá, no prazo 30 (trinta) dias, juntar a este Inquérito Civil uma segunda via de todos os documentos, mapas e CDs com os arquivos digitais que tenham sido encaminhados ao IMASUL para servir de base para inscrição no CAR – Cadastro Ambiental Rural. o compromissário, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, a) executará integralmente o PRADE – Projeto de Recuperação de Área Degradada ou outro documento equivalente ao órgão ambiental competente, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do mesmo por qualquer motivo, deverá reiniciá-lo em 30 dias, sob pena da multa prevista neste TAC. b) promoverá, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do TAC, o isolamento da área de reserva legal na parte em que necessite de recuperação (para que forme o mínimo de 20% do tamanho do imóvel), mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo c) promoverá, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura deste TAC o isolamento da área das áreas de preservação permanente e áreas de uso restrito na parte em que necessite de recuperação; O COMPROMISSÁRIO se compromete a não efetuar nem permitir o corte ou derrubada de árvores vitalizadas da espécie aroeira, também protegida por legislação federal (Portaria 83N-91IBAMA), sem que haja uma prévia e expressa autorização do órgão ambiental, mediante licenciamento ambiental pleno (onde haverá a justificação da retirada, a análise dos motivos de natureza pública para tal e o estudo da compensação ambiental devida), bem como das árvores da espécie aroeira do sertão, baraúna ou quebracho e gonçalo alves, não se podendo valer da simples comunicação de cortes de árvores isoladas, atividade esta que não abrange corte de árvores protegidas por lei, conforme já reconhecido na Resolução SEMAC n. 003/2014. Compromete-se também a não efetuar nem permitir a retirada de vegetação nativa que gere material lenhoso ou necessite de qualquer tipo de auxílio de máquinas, sem que tenha a prévia licença ambiental, não podendo utilizar-se da declaração de limpeza de pastagem para tanto. A título de indenização ambiental o compromissário compromete-se a doar a soma de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que será efetivado da seguinte forma: 1) R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ao CONSEG – Conselho de Segurança de Coxim (Banco do Brasil, Agência n. 0552-5, Conta Corrente n. 24.380/9 – CNPJ n. 16.986.637/0001-39), em 08 (oito) parcelas, sendo a primeira parcela a ser paga até o dia 15 de outubro de 2019 e as demais nos meses subsequentes (com final no mês de maio de 2020. 2) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE de Coxim (Banco do Brasil, Agência n. 0552-5, Conta Corrente n. 29534-5- CNPJ n. 26.768.878/0001-65) em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela a ser paga até o dia 15 de junho de 2020 e a segunda até o dia 15 de julho de 2020. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis; Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Data de celebração do TAC: 16 de setembro de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº 015/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001300-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, Fátima do Sul/MS, (67) 3467-3421.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001300-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Usina Fátima do Sul Agro-Energética S/A

objeto: Apurar eventuais impactos ambientais causados pela Usina na aplicação da vinhaça.

Fátima do Sul/MS, 19 de setembro de 2019.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça em Substituição Legal

TERENOS

EDITAL Nº 0052/2019/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Administrativo de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis: 09.2019.00003186-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar eventual situação de risco vivenciada pelas menores L. C. S.; E. D. P. M.; G. C. J. S.; J. C. M. C.; L. R. V. e C. C. T.

Terenos/MS, 10 de setembro de 2019.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0054/2019/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2019.00001360-3.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no Departamento de Saúde do Município de Terenos/MS, consistente na falta de psicólogo para atendimento dos munícipes.

Terenos/MS, 18 de setembro de 2019.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0048/2019/PJ/DPS.

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001261-5.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001261-5, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Juliano Alves Marangoni.

Objeto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 40 da Quadra 76, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural..

Deodápolis/MS, assinado por certificação digital.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0049/2019/PJ/DPS.

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001262-6.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001262-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Zenildo Luz Caires.

Objeto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 61, 63, 65, 69 e 70 da Quadra 76, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa dos referidos imóveis rural.

Deodápolis/MS, assinado por certificação digital.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0050/2019/PJ/DPS.

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001263-7.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001263-7, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Alcides Fagnani.

Objeto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 71, 73 e 75 da Quadra 76, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.

Deodápolis/MS, assinado por certificação digital.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0016/2019/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2019.00001163-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal e Carlos Bueno do Prado

Assunto: Apurar eventual ocorrência de nepotismo no âmbito da Prefeitura Municipal, bem como apurar eventual enriquecimento ilícito e ofensa ao princípio da impessoalidade.

Glória de Dourados/MS, 19 de setembro de 2019

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça